



Bolsas
Na sexta-feira

0,06%

São Paulo

0,77%

Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias

176.641

173.714

14/7

15/7

16/7

17/7

Na sexta-feira

R\$ 5,111
(+0,24%)

Dólar

Últimos

13/julho 5,132

14/julho 5,078

15/julho 5,078

16/julho 5,099

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na sexta-feira

R\$ 5,848

CDI
Ao ano

14,15%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,07%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2026 0,70

Março/2026 0,88

Abril/2026 0,67

Mai/2026 0,58

junho/2026 0,16

TARIFAÇO

Governo espera nova sobretaxa de 12,5%

Após EUA confirmarem taxaço adicional de 25%, autoridades esperam conclusão de segunda investigação na semana que vem

» RAFAELA GONÇALVES

Mesmo após o anúncio da tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros, o governo dos Estados Unidos ainda avalia a aplicação de uma nova sobretaxa que pode ampliar a pressão sobre as exportações nacionais para a maior economia global. A expectativa do governo brasileiro é de que o novo tarifaço possa ser anunciado na próxima semana. Caso isso ocorra, a medida poderá elevar a carga tarifária para até 37,5% em parte dos produtos exportados pelo Brasil, ampliando os impactos sobre a competitividade da indústria brasileira no mercado norte-americano.

A nova tarifa, de 12,5%, decorre de uma investigação paralela conduzida pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), que apura se o Brasil adotou medidas suficientes para impedir a circulação e a importação de mercadorias produzidas com trabalho forçado. A conclusão do processo está prevista para a próxima semana.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Elias Rosa, afirmou que somente após o encerramento da investigação será possível saber se a nova tarifa será cumulativa à alíquota de 25% anunciada nesta semana ou se haverá algum tipo de exclusão.

“A investigação do trabalho forçado termina na sexta-feira que vem. Aí vamos ficar sabendo se vai ser cumulativo ou não. Se vamos ter 25% mais 12,5% ou se vamos ter exclusão. A expectativa é que virá para todos. Essa Seção 301 do trabalho forçado os EUA criaram para substituir aqueles 10% que vão acabar na semana que vem”, afirmou.

Se a cobrança adicional for aplicada de forma cumulativa, parte das exportações brasileiras poderá enfrentar uma tarifa total de 37,5%, cenário considerado preocupante por representantes do setor produtivo.

Estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que cerca de 4 mil produtos brasileiros, responsáveis por cerca de US\$ 14,9 bilhões em exportações para os Estados Unidos, poderão ser alcançados pela tarifa ampliada. Segundo a entidade, 62% desses itens correspondem a bens intermediários utilizados como insumos pela indústria norte-americana, o que pode elevar custos de produção também nos Estados Unidos. Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, o risco de uma nova sobretaxa reforça a necessidade de intensificar as negociações entre os dois países. “Não podemos esquecer que ainda existe outra investigação americana que pode incluir uma nova tarifa nos produtos brasileiros. O momento exige que o diálogo entre Brasil e Estados Unidos seja intensificado para que possamos construir relações que preservem uma relação comercial estratégica”, afirmou.

Entre os produtos que poderão ser submetidos à tarifa máxima de 37,5%, o Brasil é atualmente o principal fornecedor dos Estados Unidos em 11 categorias. Na avaliação da CNI, esse cenário indica que a medida poderá afetar não apenas as exportações brasileiras,

mas também as cadeias produtivas estratégicas da economia norte-americana.

Entre os itens mais expostos estão ferro-gusa, açúcar bruto de cana, etanol, tabaco processado, compensado de pinus, granito, molduras e postes de madeira, sebo não comestível, peptonas e hidróxido de alumínio. Em vários desses segmentos, o Brasil responde por mais da metade das importações dos EUA, participação que chega a 99,6% no compensado de pinus e supera 70% no ferro-gusa, no etanol e no tabaco.

Investigação paralela

Por enquanto, a taxaço adicional dos EUA de 25% sobre os cerca de 3 mil produtos brasileiros já confirmada pode representar um impacto de cerca de US\$ 11 bilhões nas exportações brasileiras para os EUA, conforme dados da CNI e da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil).

A segunda investigação conduzida pelo USTR é distinta da investigação que resultou na sobretaxa de 25% confirmada nesta semana. O governo norte-americano sustenta que o Brasil não adota mecanismos suficientes para impedir a entrada de mercadorias produzidas com trabalho forçado em outros países, o que, na avaliação de Washington, gera concorrência desleal para empresas dos Estados Unidos.

O relatório da investigação afirma que, embora o Brasil seja signatário de acordos internacionais relacionados aos direitos trabalhistas, a legislação nacional não proíbe expressamente a importação de bens fabricados total ou parcialmente com trabalho forçado no exterior

Segundo o documento, entre 2021 e 2025 o Brasil teria importado produtos associados a essa prática em cinco segmentos: alumínio, algodão, eletrônicos, baterias de lítio e tabaco. O relatório também faz referência à existência de casos de trabalho forçado em determinadas atividades desenvolvidas no território brasileiro.

Ao todo, cerca de 60 países foram analisados pelo USTR. O Brasil integra o grupo de 54 nações para as quais foi proposta uma tarifa adicional de 12,5%. Já Canadá, México, Equador, Indonésia, Paquistão e a União Europeia receberam proposta de tarifa de 10%, sob o argumento de que já possuem restrições à importação de produtos fabricados com trabalho forçado ou assumiram compromissos nessa área por meio de acordos comerciais.

Enquanto aguarda a conclusão da investigação, o Brasil acompanha o processo e avalia os possíveis impactos da medida sobre o comércio bilateral. Paralelamente, o governo já trabalha na estruturação de um programa de apoio aos setores mais afetados pelo tarifaço.

Entre as medidas em análise está a ampliação dos instrumentos do Plano Brasil Soberano, a oferta de linhas de financiamento e apoio financeiro às empresas exportadoras, além do reforço das ações de promoção comercial para diversificar mercados e ampliar o acesso de produtos brasileiros a novos destinos internacionais.

Mais imposto

Os produtos brasileiros podem ser sobretaxados em até 37,5% pelos Estados Unidos, devido à investigação que está em curso



25% → tarifa já confirmada pelos EUA a partir de 22 de julho

+12,5% → nova sobretaxa em investigação pelo Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) pode ser confirmada na próxima semana

até 37,5% → novo volume da carga tarifária adicional dos EUA, que pode inviabilizar exportações brasileiras e elevar custos para empresas dos dois países, de acordo com especialistas

Conforme estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o impacto nas exportações para os EUA pode chegar a US\$ 11 bilhões

NA MIRA DOS EUA

Veja alguns dos produtos brasileiros que estão na lista da sobretaxa norte-americana

PRODUTO	PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES
Ferro-gusa não ligado	73,3% Brasil 17,9% Ucrânia 2,9% África do Sul
Açúcar de cana em forma sólida, bruto	52,9% Brasil 31,6% México 5,5% El Salvador
Sebo não comestível	37,5% Brasil 21,3% Canadá 19,1% Austrália
Álcool etílico não desnaturado	72,3% Brasil 18,5% Canadá 6,9% África do Sul
Molduras de madeira padrão de pinho	59,4% Brasil 13,5% México 8,6% Vietnã
Tabaco curado por fumaça ou processado	72,0% Brasil 17,6% Zimbábue 3,2% Filipinas
Peptonas e seus derivados	33,1% Brasil 23,2% União Europeia 20,5% China
Compensado de pinus	99,6% Brasil Menos de 1% Chile Menos de 1% México
Granito monumental ou de construção	48,9% Brasil 23,9% Índia 15,7% União Europeia
Estacas, paliças, postes e trilhos de madeira	57,8% Brasil 30,9% China 5,3% Canadá
Hidróxido de alumínio	47,5% Brasil 18% União Europeia 17% Canadá

Fonte: CNI.

Apex alerta sobre mais inflação

» FERNANDA STRICKLAND

A sobretaxa de 25% confirmada pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros a partir do dia 22 poderá gerar impactos inflacionários na própria economia norte-americana e enfrenta resistência de empresas e entidades dos dois países. A avaliação foi feita, ontem, pelo presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Laudemir Müller.

Além de classificar a taxaço adicional como “absurda”, ele lembrou que o setor produtivo norte-americano também tem atuado contra a medida e em defesa da ampliação das isenções tarifárias. “Não há uma entidade ou uma empresa americana que esteve junto conosco que defenda a tarifa. Pelo contrário, todo mundo trabalhou pela isenção”, afirmou, ontem, a jornalistas. Segundo ele, a decisão não possui lógica do ponto de vista comercial, uma vez que afeta cadeias produtivas integradas entre Brasil e Estados Unidos. “O impacto disso é desestruturar os negócios, atrapalha as empresas americanas, e gera impacto de preço, gera inflação nos Estados Unidos”, declarou o executivo.

Reprodução/ ApexBrasil



Laudemir Müller informa que SP e SC serão os estados mais afetados

Müller também confirmou a expectativa do governo brasileiro de que a nova sobretaxa dos EUA de 12,5%, devido a práticas associadas ao trabalho forçado, podem ser confirmadas na próxima semana. “Parece que haverá alguma manifestação do governo americano na semana que vem sobre esse assunto, vamos ver”, disse. “Nós não temos outra alternativa, pelo menos não como agência de promoção de exportações, a não ser

de seguir preparando as nossas empresas, seguir buscando novos mercados”, acrescentou.

Apesar da estratégia de diversificação dos mercados, Müller admitiu que o mercado americano continua sendo importante para o Brasil. “Vamos seguir trabalhando, preparando as empresas, oferecendo as oportunidades e levando as empresas para o mundo, que é o que a gente faz.”

Impacto no agro

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) calcula que 36,5% das exportações do agronegócio brasileiro para os Estados Unidos serão afetadas pela tarifa adicional de 25% anunciada pelo governo norte-americano e prevista para entrar em vigor em 22 de julho. Os 63,5% restantes devem permanecer fora da medida após a ampliação da lista de exceções pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR).

Segundo a diretora de Relações Internacionais da CNA, Sueme Mori, a inclusão de mais produtos na lista de isenções reduziu o alcance da tarifa, mas uma parcela significativa das vendas brasileiras seguirá sujeita à sobretaxa. Entre os itens que permaneceram fora da cobrança estão pescados, mel e café solável.

O USTR ampliou as exceções para 2.126 linhas tarifárias em relação à proposta apresentada em junho. De acordo com Mori, a decisão levou em consideração a dependência da indústria norte-americana de insumos brasileiros, a insuficiência da oferta doméstica e possíveis impactos sobre cadeias produtivas estratégicas.

Dados do Agrostat mostram que o agronegócio brasileiro exportou US\$ 11,4 bilhões para os Estados Unidos em 2025. Desse total, cerca de US\$ 4,6 bilhões correspondem a produtos que continuarão sujeitos à tarifa, incluindo itens de madeira, arroz, uva, ovos e açúcar.

A CNA afirmou que recebeu com preocupação o resultado da investigação conduzida pelo governo norte-americano e reiterou a defesa de uma solução negociada. Além disso lembrou da complementariedade das cadeias produtivas dos dois países. **(RG)**